

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Direito
Teoria da Lei Penal

25/03/2019

I 7

Imagine que, devido ao aumento dos acidentes de viação ocorridos como consequência da utilização de telemóveis, durante o acto de condução, o Governo aprovava, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 198º da Constituição, um Decreto-Lei com o seguinte teor:

“1. Quem circular em via pública ou equiparada utilizando telemóveis, durante o acto de condução, é punido com pena de prisão”.

2. Quando o facto for praticado sem culpa o agente é punido com pena de multa até 120 dias.”

Aprecie a conformidade desta norma com os princípios constitucionais de direito penal.

II 7

A, português, residente habitualmente em Portugal, encontrando-se casualmente na Colômbia, cede a B, emigrante português naquele país, a arma com que este se mata. Comete assim o crime de auxílio ao suicídio previsto no artigo 135º do Código Penal. Imagine que:

- i) À data da prática dos factos (1 de Janeiro de 2017), o crime era punido em Portugal com pena de prisão até cinco anos; na Colômbia, com pena até dois anos.
- ii) Em Junho de 2017, a incriminação do auxílio ao suicídio era revogada na Colômbia.
- iii) Em Setembro de 2018, a medida legal da pena para o mesmo crime, em Portugal, era fixada entre um limite mínimo de 6 meses e um limite máximo de 3 anos.

Sendo A encontrado em Portugal, poderia cá ser julgado pelo facto praticado na Colômbia? Em caso afirmativo, qual a lei aplicável?

III 6

António violou **Berta**, tendo, para o efeito, mantido a mesma privada da liberdade por um período de 30 minutos (o tempo que durou a violação). Se fosse juiz(a) puniria **António** apenas por um crime de violação (art.º 164º do Código Penal) ou, em alternativa, por um crime de violação em concurso efetivo com um crime de sequestro (art.º 158º do Código Penal)?